



ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E PLURALIDADE OU DE COMO NÓS ESQUECEMOS AS OBRIGAÇÕES E SÓ LEMBRAMOS DOS DIREITOS

Angelo José da Silva

[...] O inferno dos vivos não é algo que será; se existe, é aquele que já está aqui, o inferno no qual vivemos todos os dias, que formamos estando juntos. [...]

Italo Calvino, *As cidades invisíveis*

Tratamos neste texto de alguns temas que nos dizem respeito e que são do nosso interesse imediato. À medida que vamos convivendo com uma situação nova, ela, aos poucos, vai se transformando em algo conhecido, normal, rotineiro, tradicional, antigo, velho, ultrapassado. Às vezes isso é bom, às vezes, nem tanto. Basta lembrarmos do processo político recente pelo qual o Brasil passou, saindo de uma **ditadura**¹ militar para uma **democracia**². Nós acabamos esquecendo muito rapidamente todos os percalços vividos e passamos a desprezar o que foi conquistado com muito esforço pelos outros, muitos dos quais já passaram. Esse movimento de esquecer e lembrar não é nenhum pecado. Afinal, é isso que faz com que mudanças aconteçam. Se não questionássemos o que está dado, ainda estaríamos nas cavernas. Cabe a nós encaminarmos esse exercício de contar histórias, de lembrarmos e de esquecermos para que mude o mundo e para que o mundo não fique mudo. E já que é para mudar, que seja para melhor.

ENTRANDO NO ASSUNTO

Quando falamos de organização política, estamos tratando de uma forma de organização de interesses que pode ser democrática, ditatorial etc. Já a pluralidade depende da forma que essa organização de interesses assume. Nas ditatoriais, por exemplo, existe pouco espaço para que mais de uma ideia floresça. É menos plural e mais singular. Quem manda é um, e os outros obedecem.

A forma privilegiada para o exercício (e também para a sua existência) da pluralidade é a democracia, que pode ser considerada uma forma de organização política (com uma certa licença poética dos cientistas políticos mais convictos) que se pauta justamente pela convivência de conjuntos de diferenças, de maiorias e minorias.

Como todos nós já sabemos, o modelo de democracia que seguimos é inspirado naquele originado na Grécia. Não nessa que está na novela ou que foi palco das olimpíadas de anos atrás. Essa Grécia é a pálida face daquela que legou para o mundo quase todos os caminhos que hoje seguimos, cientes de que estamos inventando novidades.

Naquela época das origens da democracia, seiscentos anos antes de Cristo, Atenas, que foi uma das mais famosas cidades-estado existentes na já falada Grécia, havia conseguido expulsar, depois de décadas, todos aqueles que haviam dominado sua política de forma tirânica. No lugar da **tiranía**³ encontramos uma nova forma de se governar a cidade de Atenas: a democracia. Essa “invenção” dos atenienses perdurou por mais de cem anos e foi um dos principais legados para o futuro, inserindo a cidade na História.

Afirmamos logo acima, contudo, que as coisas vão se transformando: o novo passa de bom a ruim com certa velocidade. Assim, a democracia que nasceu como a solução de um problema, ou seja, colocar fim à tirania, acabou por produzir algo novo e que demandava uma resposta. “[...] o que fazer com aqueles que não se preocupavam com a coesão de uma pequena cidade rodeada de inimigos, que não trabalhavam para a sua glória maior, mas só pensavam neles mesmos e nas suas próprias ambições e intrigas mesquinhas?” (GREENE, 2000. p.385).

Os sábios atenienses logo descobriram que esse problema poderia levar à destruição da sua nova forma de organização política. Eles se deram conta de que um pequeno grupo de pessoas poderia, em nome da democracia e dos direitos de liberdade, fomentar a divisão entre a comunidade democrática, jogando uns contra os outros para atingir os propósitos individuais em nome dos acordos coletivos. Em bom português, apesar de estarmos passando pela Grécia, esses indivíduos egoístas exigiam os seus direitos enquanto sentavam em cima dos seus deveres. O que fazer? O pessoal de Atenas percebeu que assim não dava. Partiram, então, para a ação, porque se as pessoas fossem deixadas totalmente à vontade, o caos se instalaria.

Todas as ameaças e punições que eram utilizadas no passado tirânico da cidade haviam ficado para trás, para a história. No presente, no interior de uma ordem democrática e civilizada, sacrifícios humanos, braços, pescoços e mãos cortadas, por exemplo, não combinavam mais com o padrão de desenvolvimento que a sociedade tinha atingido. A necessidade é a mãe de todas (ou quase todas) as invenções e não decepcionou dessa vez também.

A forma criada para lidar com aqueles que, para atingir seus objetivos individuais, se moviam contra o bem-estar coletivo foi muito peculiar e interessante. Todos os anos, reunidos na praça do mercado, os atenienses escreviam em um pedaço de concha, o ostrakon, o nome do cidadão que queriam ver fora da cidade por um período de dez anos. Esse banimento temporário abatia-se sobre aquele cujo nome aparecesse o maior número de vezes na contagem dos votos. O “ostracismo” ao qual o egoísta era submetido funcionou por um largo período. Esse “plebiscito” em defesa dos interesses coletivos transformou-se em festa, à medida que, parece-nos fácil imaginar a sensação, era uma “alegria poder banir aqueles indivíduos irritantes, aqueles geradores de ansiedade que queriam ser superiores ao grupo a quem deveriam servir”. (GREENE, 2000. p.385).

Inicialmente, portanto, a preocupação democrática visava fortalecer o grupo e enfraquecer o indivíduo egoísta. As várias formas que a democracia foi tomando apontam no sentido do enfraquecimento do grupo e fortalecimento do indivíduo. Claro que as discussões clássicas e acadêmicas seguem outros caminhos, passando pelas diferenças da democracia direta e da representativa, da liberal e da socialista, entre outras. No nosso caso, parece-nos mais interessante pensar a organização política e a discussão da pluralidade a partir do confronto entre os interesses do grupo e os do indivíduo.

RELEMBRANDO O INÍCIO

Vamos contar um pouco de uma história que já é nossa conhecida. A democracia, como a encontramos hoje, tomou sua forma lá pelos idos do século XIX, principalmente no final dele. Com a Guerra Civil norte-americana e com a Revolução Francesa, vimos o aprimoramento do modelo democrático, retomado dos gregos. Em Atenas os iguais eram os senhores proprietários. Os escravos e não proprietários não participavam do jogo.

Com a Liberdade, Igualdade e Fraternidade consagradas com a Revolução Francesa, pretendia-se ultrapassar o modelo grego, já que era defendida a ideia de que cada cabeça era um voto. Não só os proprietários votariam. Além disso, se na Grécia todos faziam tudo: o cidadão fazia propostas, leis etc. executava essas mesmas leis e fiscalizava o seu cumprimento. Eles funcionavam como juízes, legisladores (senadores, deputados e vereadores) e como executivos (presidente

da república, governadores de estado e prefeitos). No século XIX já havia uma quantidade de pessoas e de problemas para serem resolvidos que não mais permitia essa forma na qual todo mundo fazia tudo. A saída foi dividir o trabalho, criando o Executivo, o Legislativo e o Judiciário (a chamada separação dos três poderes). Além disso, não dava para todos participarem, mesmo com essa divisão. Venceu a ideia de criar-se o representante. Então, para certo número de pessoas temos um representante na Assembleia. Este surgiu ligado aos representados, porque não cabia todo mundo na sala, mas o povo ficava esperando do lado de fora para cobrar o voto do eleito por eles para representá-los. Eram os primórdios da Democracia Representativa, em contraste com a Democracia Direta dos Gregos.

Com o tempo, aqueles famosos interesses singulares foram se fazendo notar. Por exemplo, quem definia o número de eleitores necessários para eleger um representante? Todos podiam votar e ser votados ou só os proprietários? Ou só os alfabetizados? Ou só os homens? Ou só os maiores de 21? Ou só...

No decorrer do século XX obtivemos ainda mais melhorias nesse modelo, não de graça, mas por um preço bem alto. E olha que nós nem retomamos o ostracismo, afinal, estávamos muito evoluídos para tomarmos medida tão antiga. Parte desse preço foi paga com duas Guerras Mundiais e infinitas guerrinhas localizadas. O saldo positivo foi a inclusão de milhões de mulheres, jovens e analfabetos no processo (ou jogo) democrático. Com isso, as pluralidades ganharam força e as individualidades se recolheram. O coletivo conseguiu, por um período relativamente curto, impor-se sobre os egoístas.

Mas, como o mundo dá voltas, os “antipluralais”, “anticoletividade” voltaram junto com as voltas que o mundo dá. Com a pele de cordeiro amarrada na cintura, o espaço do plural e da diferença encontra-se sob ameaça insidiosa, insinuante, sub-reptícia. E, pouco a pouco, tivemos a repetição daqueles movimentos antigos e conhecidos de, em nome de todos, apenas alguns serem beneficiados.

PAUSA PARA RESPIRARMOS

Antes de seguirmos, vamos fazer uma pausa para dizermos que essas histórias não se repetem de maneira idêntica. A essência de certas coisas se repete, o que não significa que basta conhecer uma história para conhecer todas. Existe um conto de um escritor argentino, Jorge Luis Borges, que se chama “O Imortal”. Nele, é narrada a história de uma princesa que adquire uma obra em alguns volumes. No último deles havia um manuscrito inserido entre suas páginas. Ele contava a história do homem que buscou (e encontrou) a Cidade dos Imortais. Essa cidade era

banhada por um rio que tornava imortal aquele que bebesse de suas águas. Ao tornar-se imortal, o autor do manuscrito pode vagar pelo mundo durante milênios e descobrir que o conhecimento estava dado e que ele se aproximava e se distanciava dos homens, de tempos em tempos. As civilizações nasciam, floresciam, declinavam e desapareciam. Nosso imortal descobriu, também, que paira sobre aqueles que nada temem e tudo sabem um peso esmagador. Essa sensação amplifica-se com o passar do tempo, principalmente, porque o viver perde a graça, afinal, não se vai morrer mesmo.

A morte (ou sua alusão) torna preciosos e patéticos os homens. Estes comovem por sua condição de fantasmas; cada ato que executam pode ser o último [...] Entre os Imortais, ao contrário, cada ato (e cada pensamento) é o eco de outros que no passado o antecederam, sem princípio visível, ou o fiel presságio de outros que no futuro o repetirão até a vertigem. Não há coisa que não esteja como que perdida entre infatigáveis espelhos. (Borges, p.603).

Esse conhecimento da imortalidade e suas consequências fez este Imortal buscar um outro rio que devolve à mortalidade aquele que era Imortal. Como dispunha de todo o tempo do mundo, um dia a mortalidade seria encontrada de volta.

No dia 4 de outubro de 1921, o Patna, que me conduzia a Bombaim, teve que fundear em um porto da **costa eritréia**⁴. Desci; lembrei-me de outras manhãs muito antigas, também diante do mar Vermelho, quando era tribuno de Roma e a febre e a magia e a inação consumiam os soldados. Nos arredores, vi um caudal de água clara; provei-a, levado pelo costume. Ao subir à margem, uma árvore espinhosa me lacerou o dorso da mão. A inusitada dor me pareceu muito viva. Incrédulo, silencioso e feliz, contemplei a preciosa formação de uma lenta gota de sangue. De novo sou mortal, repeti a mim mesmo, de novo me pareço com todos os homens. Nessa noite, dormi até o amanhecer.” (Borges, 1999. p.604).

MUDANÇAS NAS RELAÇÕES ENTRE OS ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS

Aquilo que até agora permitiu-nos viver em sociedade, na nossa sociedade, tem sido lenta e gradualmente alterado, como de costume. Na atualidade, o sistema evoluiu abrindo espaços plurais, tendo como principal vantagem o fato de que a opressão sobre os pequenos grupos oferece para estes alguns escapes. A desvantagem é que isso pode ser usado em favor dos indivíduos contra a maioria (grandes e pequenos grupos). Por exemplo, o vestibulando que se declara negro (sendo visivelmente branco) para conseguir a vaga na universidade via cotas para negros. Ele, o indivíduo, é o único beneficiado. Aplicar a lei é defender o grupo contra o individualismo e não restringir a liberdade individual. O que presenciamos sem entender muito bem o que está acontecendo é o uso privado, pessoal, egoísta do espaço público (as leis, os direitos, servem para o “eu” individual) e a “publicização” do espaço privado (o que vale é aparecer, desfilar a

privacidade pela rua enquanto se fala ao celular; fazer o possível e o impossível para participar do Big Brother Brasil ou pelo menos assistir). Pessoalmente, a vida volta a fazer sentido quando recuperamos nossa identidade roubada enxergando as leis como uma proteção individual, e não coletiva, e quando nos socializamos expondo as nossas vidas privadas. Politicamente, fica mais fácil usar a democracia representativa em benefício próprio. Essa inversão, na política, produz a imagem pública do político a partir da exposição de sua vida privada e possibilita ao próprio tornar privada a coisa pública, ou seja, usurpar aquilo que é público como se fosse propriedade dos políticos. Isto não acontece só com eles. Acontece com todos nós. Sempre achamos que o espaço público é aquele onde nós nos esbaldamos. O papel da bala não deve ser jogado no interior do nosso carro, mas sim na rua, no espaço público, afinal, alguém é pago para limpar a rua. Há algum tempo, um amigo contou-nos uma história, que vai entre aspas:

“Outro dia, atravessando a rua, vi um carro grande, com um para-choque de ferro colocado à frente do veículo que encobria a placa de identificação. Como eu também tenho carro, não tão grande, sei que a placa não pode ficar encoberta.

Essa imagem me incomodou muito. Enquanto caminhava, fiquei pensando a respeito e fui descobrindo o que me incomodava. Os carros de hoje têm para-choques de plástico. Quem coloca um pára-choques de ferro, se bater em outro de plástico, vai fazer um grande estrago. Como eu estava caminhando, para um pedestre atropelado, plástico ou ferro não devem fazer muita diferença. Contudo, a agressão visual que é ver aquele carro alto, todo brilhoso, parando bruscamente a cinquenta centímetros das suas (no caso, das minhas) pernas não é algo muito agradável. Já não basta o tamanho do carro?

Minha caminhada não foi muito longa, mas ainda pensei que eu poderia ter ficado tão mal impressionado porque estava com inveja do cidadão que tinha aquele carrão enquanto eu andava a pé. Pode ser... Mas, eu achei que aquele veículo deveria ser retirado de circulação porque ele infringia claramente a lei. Foi aí que percebi uma coisa (ou várias), que além de tudo o que já falei tinha uma outra parte importante que era a demonstração violenta da superioridade daquele ser sobre os demais. Além do carrão, ele ainda infringia a lei e continuava solto, dirigindo o carrão. E os outros, como eu, que se constrojam ou arrumem um carrão maior ainda e, além de cobrir a placa coloquem um ‘sonzão’ bem alto, daqueles que fazem as janelas tremerem.

Cheguei à conclusão de que a ausência de normas, ou melhor, a permissividade em relação às normas existentes leva a sociedade a regredir, a assumir uma postura de todos contra todos. Agora não são mais clavas, lanças espadas e porretes, mas carros, armas e cercas eletrificadas.”

Creemos que há um ponto de concordância aqui, ou seja, esse nosso amigo está um tanto pessimista. Vivemos em um mundo em que as coisas mostram-se fora do lugar o tempo todo. Todos

reclamos, mas não entendemos por quê. Talvez seja pelo fato de que essa disputa entre grupo e indivíduos está escondendo os interesses em disputa. Enquanto ficamos atentos aos detalhes, o principal vai sendo carregado diante de nossos olhos.

OUTRAS FORMAS OU TODAS AS FORMAS JUNTAS

O mundo gira e outras formas organizativas paralelas àquelas gestadas no interior do aparelho de Estado surgiram no processo de formação da democracia. As assim chamadas organizações não governamentais proliferaram nas últimas décadas e oferecem uma “alternativa” às organizações estatais de representação. Partidos e sindicatos, que foram pioneiros nesse tipo de organização não estatal, agora, modificam-se e perdem força, além de terem se tornado, em vários casos, parte do Estado.

Claro está que esses organismos, assim como seus antecessores, no sentido amplo do termo, passaram e ainda passam por um processo de “institucionalização”, ou seja, parte dessas organizações acaba por assumir a representação dos interesses dos seus fundadores e não dos seus associados. Algo parecido com a corrupção das direções partidárias e sindicais. Mas, então, de que lado estamos? De que lado devemos ficar? Do lado dos justos, responderiam para nós. Será?

Parece-nos muito difícil dizer como as coisas boas (como por exemplo, a democracia) podem transformar-se em coisas ruins. Talvez essa tarefa se torne mais fácil e prazerosa se apresentarmos aqui uma das cidades invisíveis de Italo Calvino. Esse autor escreveu um livro chamado Cidades invisíveis. Nessa obra, vemos uma descrição de vários tipos de cidades. A última cidade descrita chama-se **Berenice**, a cidade dos injustos. Essa cidade produz em seu interior a sua própria negação, a **Berenice** dos justos.

(...) na origem da cidade dos justos está oculta, por sua vez, uma semente maligna; a certeza e o orgulho de serem justos – e de sê-lo mais do que tantos outros que dizer ser mais justos do que os justos –, fermentando rancores, rivalidades, teimosias, e o natural desejo de represália contra os injustos se contamina pelo anseio de estar em seu lugar e fazer o mesmo que eles. Uma outra cidade injusta, portanto, apesar de diferente da anterior, está cavando o seu espaço dentro do duplo invólucro das Berenices justa e injusta.

Dito isso, se não desejo que o seu olhar colha uma imagem deformada, devo atrair a sua atenção para uma qualidade intrínseca dessa cidade injusta que germina em segredo na secreta cidade justa: trata-se do possível despertar – como um violento abrir de janelas – de um amor latente pela justiça, ainda não submetido a regras, capaz de compor uma cidade ainda mais justa do que era antes de tornar-se recipiente de injustiça. Mas, se se perscruta ulteriormente no interior

desse novo germe de justiça, descobre-se uma manchinha que se dilata na forma de crescente inclinação a impor o justo por meio do injusto, e talvez seja o germe de uma imensa metrópole.

Pelo meu discurso, pode-se tirar a conclusão de que a verdadeira Berenice é uma sucessão no tempo de cidades diferentes, alternadamente justas e injustas. Mas o que eu queria observar é outra coisa: que todas as futuras Berenices já estão presentes neste instante, contidas uma dentro da outra, apertadas espremidas inseparáveis”. (Calvino, 2001. p.147).

PAUSA PARA RESPIRAR II – O QUE FAZER?

Para concluirmos esta discussão, falta ainda lembrar que não basta identificar as mazelas que corroem nossos valores. É imprescindível que façamos a nossa parte. Se nós não tentarmos subornar o guarda que está nos multando porque passamos no sinal vermelho deliberadamente, se dermos o exemplo que cobramos dos outros e não somos capazes de fazer, se ensinarmos nossos alunos a respeitar a si mesmos e aos outros, o caminho começa a ser trilhado. Basta lembrarmos daquele famoso escritor que deu voz de prisão para o gerente de um banco porque ele infringia a lei ao não impedir que as pessoas ficassem em pé, na fila, por mais de quinze minutos.

Temos que deixar de ser “bonzinhos” e “compreensivos”. Quem conseguimos enganar com tamanha “bondade”? Na verdade, o que queremos é trocar algum benefício pelo nosso silêncio e pela nossa omissão. Basta olhar em volta para ver o resultado disso com nossos conhecidos, amigos, filhos, maridos e mulheres, com os políticos e até com os gerentes de banco.

Que fazer ante o intolerável do mundo e, logo, a impossibilidade de pensar, de retratar? Acreditar, diz Deleuze. Não em um outro mundo, mas na ligação do homem com este mundo. (NOVAES, 1992. p.318).

Podemos pensar aqui naquele inferno do início de nosso texto. Italo Calvino nos ajuda a trabalhar a esperança, a esperança ativa e não aquela boba que espera e nunca alcança, como disse o Chico Buarque. É preciso ir em direção do horizonte porque ele não vem até nós, ele já está dentro de nós. Temos que encontrá-lo de volta. E, para isso, é necessário que reaprendamos a ver e a sentir a emoção e a beleza.

Para nós, professores, talvez a esperança seja poder trabalhar com nossos alunos e realizar com eles essa troca de conhecimentos e experiências que tornam a nossa profissão uma das mais importantes e, dependendo de nós, prazerosas.

Por um breve momento, diz Griffith – com a invenção do cinema – deu-se uma aparição: a beleza do vento soprando nas árvores [...] A cena – em *Ordet*, de Dreyer – é inesquecível. Uma casa no campo, quase à beira-mar. Ao lado, uma colina, recoberta por um trigo. Uma escada conduz ao topo. Lá, postos para secar

ao sol, estendidos num varal, lençóis brancos tremulam ao vento. Nenhum ruído ecoa na paisagem. Apenas a presença discreta, mas consistente do vento se faz sentir, aragem que ondula a relva. Com a mesma força impalpável que o sagrado, por meio do louco, faz sua aparição na casa. Cena que não se pode descrever. Imagens do impensável. (NOVAES, 1992. p.301).

Para que o mundo continue a girar, para que o novo suceda o velho e com esse movimento a vida torne-se mais alegre, temos que manter nossos olhos voltados para frente e para o horizonte. Em nome da pluralidade, da diferença, da igualdade e da democracia muitas bobagens estão sendo feitas nesse momento que já passou. Não podemos perder o rumo, precisamos escolher. Para sairmos do inferno que formamos, temos que agir. E, segundo nosso bom e velho Italo Calvino,

existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte deste até o ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exige atenção e aprendizagem contínuas: tentar saber reconhecer quem e o que, no meio do inferno, não é inferno, e preservá-lo, e abrir espaço. (CALVINO, 2001. p.150).

REFERÊNCIAS IMEDIATAS

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 4.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992. 2 volumes.

BORGES, Jorge Luis. **Obras completas de Jorge Luis Borges**. v. 1. São Paulo: Globo, 1999.

GREENE, Robert e ELFERS, Joost. **As 48 leis do poder**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

NOVAES, Adauto (Org.). **Ética**. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. 16.^a reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DEFINIÇÕES E NOTAS EXPLICATIVAS

- 1 Ditadura – É uma forma de governo na qual um único indivíduo ou um único grupo de indivíduos detém todo o poder, decidindo todas as questões em nome do conjunto da sociedade. Enquanto a ditadura se mantém, o poder não circula para outras mãos, o que é o oposto da democracia, na qual existe um revezamento ou uma distribuição maior do poder. Podemos nomear algumas formas de ditadura como a militar, a partidária, a econômica, entre outras.
- 2 Democracia – Governo do povo, pelo povo e para o povo. É com essa definição clássica que estamos acostumados a pensar a democracia. É importante, contudo esclarecermos que a democracia assumiu ao longo do tempo diferentes formas. cremos que as duas mais importantes a serem mencionadas aqui são a direta e a representativa. A democracia direta é aquela exercida pelo conjunto da sociedade democrática, ou seja, todos os integrantes do grupo executam as funções de propor ações, implementar essas ações

e fiscalizar a sua implementação. A democracia representativa é aquela na qual um pequeno grupo de representantes preenche essas funções (ou algumas delas) em nome dos seus representados, por exemplo, os cargos do executivo e do legislativo.

- 3 Tirania – Um dos aspectos que caracteriza esse tipo de governo é o fato de que ele se constitui à margem da lei. Por meio da opressão, da crueldade, o governo tirânico mantém-se no poder. Ele cria suas próprias leis, ou as extingue, em função dos interesses particulares desse governo. Podemos dizer que, além da violência e da crueldade, sua marca distintiva é não prestar contas a ninguém, daí dizermos à margem (ou acima) da lei.
- 4 Nota do original – “Há uma rasura no manuscrito; talvez o nome do porto tenha sido apagado.”